



**SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
Conselho Fiscal**

Rua Boa Vista, 236, 8º andar - meio - São Paulo/SP - CEP 01014-000
Telefone: - www.sptrans.com.br

**SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans
CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5**

**CONSELHO FISCAL
Ata da Reunião Ordinária n.º CF 004/2026**

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho
Fiscal da São Paulo Transporte S/A,
realizada em 28 de abril de 2026.**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às dez horas e cinco minutos, em sessão realizada por videoconferência, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei de Responsabilidade das Estatais, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia, os quais subscrevem esta ata.

Estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal: o Sr. Enzo Lucio Ondeí, Presidente do Conselho Fiscal; o Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues, Membro do Conselho Fiscal; a Sra. Adriana Azevedo Pannunzio, Membro do Conselho Fiscal; o Sr. Carlos Roberto Ruas Junior, Membro do Conselho Fiscal; e o Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo, Membro do Conselho Fiscal.

Visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião: o Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli, Diretor de Administração e de Infraestrutura; a Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeira; o Sr. Filipe Ferreira Domenes, Superintendente de Recursos Humanos; o Dr. Caio Augusto de Moraes Forjaz, Superintendente Jurídico; o Sr. Cláudio Roberto Rodrigues, Gerente Contábil Interino; o Sr. Ricardo Prado Guimarães, Gerente de Programação Econômico-Financeira; o Sr. José Carlos Biagioni, Representante da Gerência de Mobilidade Especial; a Sra. Maria Auzeni Pereira da Silva, Representante da Área de Assessoria Técnico-Jurídica; a Dra.

Cintia Regina Clementino da Silva, Representante da Assessoria Técnico-Jurídica; o Sr. Everton Tonacio, Representante da Gerência Contábil; o Sr. Daniel Batista Camargo, Representante da Gerência de Auditoria Interna; a Sra. Graziely de Sousa Gomes, Representante da Gerência de Auditoria Interna; o Sr. Pedro Amorim Lopes, Representante da Gerência de Auditoria Interna; a Sra. Suzi Meire Cavalcante de Andrade, Representante da Gerência de Auditoria Interna; e o Sr. Sebastião Pereira Ramos, Gerente de Auditoria Interna Interino — substituindo o Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho — Secretário do Conselho Fiscal e responsável pela lavratura da presente Ata.

Abertura da Reunião, Verificação do Quórum e Considerações Preliminares

- Com o aval do Presidente do Conselho Fiscal, **Sr. Enzo Lucio Ondeí**, o Gerente de Auditoria Interna Interino, **Sr. Sebastião Pereira Ramos**, declarou aberta a quarta reunião ordinária do Conselho Fiscal do ano de 2026. Verificado o quórum necessário, a reunião foi iniciada e, não havendo considerações preliminares, os participantes passaram à apresentação dos itens da pauta:

1. Exame dos Balancetes referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2026

- **Apresentação do Balancete Acumulado:** O Gerente Contábil, **Sr. Cláudio Roberto Rodrigues**, apresentou o balancete acumulado de janeiro e fevereiro. Explicou que a maior variação do início do ano em relação ao exercício anterior ocorreu na rubrica de caixa, que sofreu uma queda de **R\$ 194 milhões** (passando de **R\$ 122 milhões** para **R\$ 32 milhões**), sendo esse montante consumido majoritariamente pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV).
- **Variação na Conta 'Outros Créditos':** O **Sr. Cláudio** destacou também a variação na Conta de "Outros Créditos", que possuía um saldo de **R\$ 41 milhões** no passado e passou para **R\$ 18 milhões**. Explicou que essa redução ocorreu em função da provisão para perdas realizada em relação a créditos tributários (PIS/COFINS) discutidos perante a Receita Federal.
- **Aprovação Sem Ressalvas:** Os conselheiros informaram não possuir dúvidas sobre a apresentação, liberando o representante contábil da reunião.

2. Apresentação do Relatório de Execução do Orçamento Financeiro de fevereiro de 2026

- **Evolução do Número de Passageiros:** A Superintendente Financeira, **Sra. Selma Quaresma da Silva**, iniciou a apresentação destacando que no mês de fevereiro houve um aumento de passageiros na ordem de **0,7%**. No acumulado do bimestre (janeiro e fevereiro), o sistema registrou **332 milhões de**

passageiros, configurando uma alta de **7%** frente ao mesmo período de 2025. Contudo, observou-se uma redução de **16 milhões de passageiros catracados** exclusivamente no mês de fevereiro de 2026 comparado a 2025, o que foi justificado pelo fato de o mês atual ter tido 18 dias úteis, contra 20 dias úteis no ano anterior. A média por dia útil ficou em **6,8 milhões de passageiros**.

- **Variação por Tipo de Passagem e Programa 'Domingão Tarifa Zero':** A **Sra. Selma** demonstrou que houve queda na maioria dos tipos de passagens, exceto a de idosos (acima de 60 anos), que subiu de **13,3%** para **14,85%**, representando um aumento de **200 mil passageiros**. O programa 'Domingão Tarifa Zero' registrou uma média de **2.679.000 passageiros por domingo**.
- **Desempenho Financeiro e Necessidade Orçamentária:** A **Sra. Selma** informou que a receita apresentou uma leve queda (de **R\$ 421 milhões** para **R\$ 413 milhões**), enquanto os recursos de compensação tarifária (subsídios) tiveram um aumento de **4%**. A necessidade adicional de suplementação do sistema foi estimada em **R\$ 2,5 bilhões** a partir de setembro, valor que tende a diminuir com as revisões mensais e ingressos de caixa. A composição de recursos do mês foi de **65%** de subsídios e **35%** de arrecadação. A arrecadação tarifária subiu cerca de **R\$ 9 milhões** frente a fevereiro de 2025, enquanto o desembolso total aumentou em **R\$ 60 milhões**.
- **Impacto de Despesa com Pessoal e Despesas Gerais:** A **Sra. Selma** explicou que o desembolso de pessoal subiu de **R\$ 33 milhões para R\$ 36 milhões em fevereiro devido ao pagamento de duas faturas do plano de saúde (uma atrasada de janeiro)**. As despesas gerais, por sua vez, foram maiores em janeiro em decorrência do pagamento de encargos sobre a folha de dezembro (13º salário e férias).
- **Status do Programa Atende+ e Frota Elétrica:** A **Sra. Selma Quaresma da Silva** informou que o programa Atende+ possuía uma demanda reprimida e atendeu, em fevereiro, a **19.219 atendimentos** com **664 veículos** (entre vans e táxis). Em relação aos investimentos, a frota de ônibus elétricos a bateria atingiu a marca de **1.070 veículos em operação**, sendo **1.004 deles subvencionados** por operações do Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal.
- **Aprovação Sem Ressalvas:** Os conselheiros informaram não possuir dúvidas sobre a apresentação, liberando a representante financeira da reunião.

3. Apresentação Semestral sobre o Atende+: Demandas atendidas pelo Programa; Número de viagens realizadas no âmbito do Programa; Despesa média *per capita* e exemplificações dos serviços; Veículos disponibilizados e sua origem

- **Estrutura e Crescimento da Frota do Atende+:** O Representante da Gerência de Mobilidade Especial, **Sr. José Carlos Biagioni**, apresentou a evolução do

programa Atende+, criado em 1996. Explicou que o serviço atende pessoas com deficiência severa, pessoas com autismo e surdocegos, exclusivamente no limite geográfico da capital, de forma gratuita, mediante três tipos de viagens: regulares (até seis vezes por semana em vans), eventuais (consultas médicas em táxis adaptados) e eventos de finais de semana. A frota evoluiu de **388 veículos** (2016) para **664 veículos** (entre vans e táxis) no presente, um crescimento de **71%**.

- **Aumento Expressivo da Demanda Reprimida Pós-Pandemia:** O **Sr. José Carlos** apresentou gráficos demonstrando que a demanda por novos cadastros, especialmente de pessoas com autismo, sofreu uma explosão pós-pandemia (crescimento de **761%**). Em 2019, a demanda reprimida era de apenas **50 pessoas**; em março de 2026, atingiu **2.602 pessoas**. Em março de 2026, o programa atendeu **19.456 pessoas (10.707 usuários e 8.749 acompanhantes)**, realizando **267.740 atendimentos** com vans e **1.011 com táxis**.
- **Questionamento do Conselho sobre o Relatório de Demanda Não Atendida:** O Presidente do Conselho Fiscal, **Sr. Enzo Lucio Ondeí**, lembrou uma recomendação feita em novembro do ano anterior sobre a necessidade de formalizar anualmente um relatório apontando o que seria necessário para sanar a demanda reprimida. O **Sr. José Carlos** explicou que a empresa fechou o cálculo da necessidade, incluiu no pedido de orçamento, e enviou formalmente (juntamente com uma nova ficha de avaliação médica, tratada com a Secretaria de Saúde e a Secretaria da Pessoa com Deficiência) para deliberação do Prefeito, não tendo ocorrido aprovação orçamentária até o momento.
- **Atualização da Fórmula de Remuneração:** O Gerente de Programação Econômico-Financeira, **Sr. Ricardo Prado Guimarães**, apresentou a tabela e informou que a fórmula de remuneração das empresas prestadoras do serviço foi mantida, havendo apenas atualizações nos valores de hora extra e tributos devido à redução da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta) no início de 2026.

4. Verificação da Regularidade Fiscal da Companhia

- **Regularidade Municipal e Estadual:** A Representante da Área de Assessoria Técnico-Jurídica, **Sra. Maria Auzeni Pereira da Silva**, informou que a certidão de tributos mobiliários (ISS e taxas) e o CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal) municipal estavam regulares. No âmbito estadual, a SPTrans possui imunidade de IPVA e não é contribuinte de ICMS, contudo, a emissão da certidão estadual encontra-se bloqueada devido a um débito não tributário (**multa do PROCON.SP no valor de R\$ 290 mil**). Explicou que o processo gerou a expedição de um precatório com previsão de pagamento para 2027 e que o jurídico já requisitou a suspensão da exigibilidade.

- **Questionamento do Conselho sobre Certidão Negativa:** O Presidente do CF, **Sr. Enzo**, indagou se a falta da certidão estadual gerava prejuízo operacional. A **Sra. Maria Auzeni** esclareceu que não, pois a lei permite a justificativa da pendência para serviços executados em regime de exclusividade.
- **Pendências Federais (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal):** A **Sra. Maria Auzeni** detalhou um débito de **R\$ 5.343.000,00 (cinco milhões trezentos e quarenta e três mil reais)** referente à contribuição previdenciária sobre o terço de férias usufruídas (período de 2018 a 2022). O STF (Supremo Tribunal Federal) alterou a jurisprudência em 2020 determinando a incidência do tributo. A empresa já efetuou o depósito de **40%** (referente ao período posterior ao acórdão) e decidiu ajuizar ação anulatória para os **60%** restantes, entendendo haver altas chances de êxito para reversão.
- **Pendência sobre o SAT/RAT (Seguro de Acidente de Trabalho/Risco Ambiental do Trabalho):** A **Sra. Maria Auzeni** apresentou outra pendência de 2013 referente à alíquota de contribuição ao SAT. A empresa foi autuada para recolher **2%** baseado no CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), mas possui decisão judicial com trânsito em julgado (de 2019) garantindo a alíquota de **1%** por ter atividade preponderantemente administrativa. A empresa também ingressará com ação anulatória. Informou que as certidões de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e de débitos trabalhistas se encontram regulares.

5. Análise do Tempo de Retorno do Investimento (*payback*) do Plano de Demissão Voluntária 2025

- **Custo e Retorno Financeiro do Plano de Demissão Voluntária (PDV):** O Superintendente de Recursos Humanos, **Sr. Filipe Ferreira Domenes**, apresentou a conclusão do PDV que ocorreu de junho de 2025 a março de 2026, contabilizando **174 desligamentos**. O custo total do programa foi de **R\$ 54,9 milhões (custo médio de R\$ 315 mil por empregado)**. O impacto reduziu o peso da despesa com pessoal frente às despesas da SPTrans em **4,1%**. A economia gerada atingiu a marca de **R\$ 3 milhões mensais**, além de **R\$ 80 mil mensais** evitados por conta do adicional de periculosidade. **O *payback* estimado do programa ficou em 18 meses.**
- **Questionamento do Conselho sobre a Justificativa do Aumento do *payback*:** O Conselheiro, **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues**, questionou o motivo de o *payback* ter sido majorado para 18 meses, frente à estimativa inicial de 15 meses, mesmo sem a aprovação da saída dos empregados com 73 e 74 anos (que, em tese, diminuiria o tempo de retorno). O **Sr. Filipe**, com o complemento do Diretor de Administração e de Infraestrutura, **Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli**, explicaram que o cálculo foi impactado porque o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) fechou em **5,32%** (acima do projetado), e os Técnicos de Sistema de Transporte (TST) receberam a aprovação dos **30%** de periculosidade pouco

antes do término do plano. Além disso, a não adesão plena dos **284 previstos** fez com que a idade média e os custos remanescentes fossem diferentes da projeção ideal.

- **Questionamento do Conselho sobre o Impacto das Novas Contratações:** O Presidente do CF, **Sr. Enzo**, questionou se as **110 novas contratações realizadas** no período estavam abatendo os **R\$ 3 milhões** de economia apresentados. O **Sr. Filipe** esclareceu que o cálculo foi "estaque", comparando a folha dos que saíram. Explicou que as novas contratações (fruto de concurso anterior) calharam em momento oportuno para suprir os *gaps*, mas como entram no início da faixa salarial, não anulam a economia gerada pelas saídas dos que estavam no topo da carreira. **Consignou-se em Ata, que o Conselheiro, Sr. Adolfo, solicitou que fosse trazido na próxima reunião o impacto da redução na idade média da empresa gerado por esse PDV.**

6. Acompanhamento Mensal

6.1. a 6.4. (Aprovação sem questionamentos):

- Os conselheiros declararam não possuir ressalvas ou questionamentos referentes às Atas de Diretoria Executiva (007 a 011/2026), Atas do CONSAD (003 e 004/2026), Folha de Pagamento (janeiro-março/2026) e Licitações/Contratos (fevereiro-março/2026).

6.5. Relatório de Ouvidoria (janeiro e fevereiro de 2026)

- **Consignou-se em Ata**, que em sua última reunião de mandato como Conselheiro e Presidente do CF, **Sr. Enzo**, analisou o novo formato do relatório da Ouvidoria e apontou cinco falhas graves que prejudicaram a utilidade analítica do documento. Apontou a supressão do quadro do "Canal de Triagem" que antes estratificava os assuntos de outros canais; a ausência da indicação de competência temporal (mês vs. acumulado do ano) no título de Demandas; a falta de desdobramento por tipologias no comparativo de 2025/2026, dificultando a análise de fraudes; a demonstração irreal do estoque de demandas (mostrando apenas 3 meses e ignorando casos arrastados ou judicializados); e, principalmente, a ausência de um relatório integrado que consolidasse as demandas da Ouvidoria com as do Canal 156 (que recebe milhares de casos por mês). O Conselheiro, **Sr. Adolfo**, complementou solicitando que as áreas refizessem o material e fizessem uma apresentação justificando as mudanças. A Conselheira, **Sra. Adriana Azevedo Pannuzzio**, também em sua última reunião de mandato, reiterou que esse aprimoramento foi cobrado exaustivamente ao longo de dois anos e meio e pediu que a questão se mantivesse no radar do Conselho.

7. Outros Assuntos de Interesse da Companhia

- **Problemas Operacionais com as Atas (CAE e CF):** Consignou-se em Ata, que o Presidente do CF, **Sr. Enzo**, informou o não cumprimento integral do plano de trabalho no tocante à análise das atas do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), em função da ausência de recebimento das mesmas devido a problemas de saúde do Secretário do CF e CAE, **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho**. O Gerente de Auditoria Interna Interino, **Sr. Sebastião Pereira Ramos**, explicou a dificuldade técnica de substituição, informando que o funcionário, **Sr. Daniel Batista Camargo**, estava assumindo os testes com a ferramenta de IA (Inteligência Artificial). A **Sra. Adriana** e o **Sr. Adolfo** cobraram celeridade, apontando que a última ata do Conselho Fiscal recebida e assinada datava de novembro de 2025 (totalizando cinco meses de atraso), urgindo que o problema fosse resolvido independentemente do retorno do funcionário afastado.
- **Despedidas e Agradecimentos dos Conselheiros em seus Últimos Mandatos:** A **Sra. Adriana Azevedo Pannuzzio** e o **Sr. Enzo Lucio Ondeí** aproveitaram a ocasião para se despedirem formalmente, uma vez que estavam encerrando seus mandatos. Agradeceram o profissionalismo e apoio da equipe da SPTrans, ressaltando o privilégio da participação em nome do Governo do Estado.

Esgotada a pauta e não havendo mais considerações, o Gerente de Auditoria Interna Interino, **Sr. Sebastião Pereira Ramos**, agradeceu a presença de todos e declarou oficialmente encerrada a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026, às onze horas e quarenta e sete minutos.

PONTOS CONSIGNADOS EM ATA

- **Acompanhamento Mensal - Falhas na Estruturação do Relatório da Ouvidoria:** O Sr. Enzo Lucio Ondeí solicitou que fique consignado em ata as diversas falhas analíticas encontradas na reformulação do relatório da ouvidoria, destacando a imperativa necessidade de desenvolver um relatório gerencial com visão global integrada (consolidando a Ouvidoria com o Canal 156), a reintrodução da estratificação por tipologia para análise de fraudes e a demonstração real do passivo de demandas em estoque. O Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues e a Sra. Adriana Azevedo Pannuzzio pediram que a fala fosse integralmente consignada para fins de I.A., reforçando tratar-se de uma cobrança permanente deste colegiado nos últimos anos.
- **Outros Assuntos - Pendência Crônica na Elaboração de Atas:** O Sr. Enzo Lucio Ondeí solicitou consignar em ata as razões pelas quais o Conselho Fiscal não está cumprindo seu plano de trabalho no tocante à análise das atas do CAE, motivado pela ausência da entrega dos documentos por parte do secretariado da empresa. A Sra. Adriana Azevedo Pannuzzio e o Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues também pediram o registro da extrema preocupação com o passivo de cinco meses de atas do Conselho Fiscal (não assinadas desde novembro de

2025), exigindo uma rápida solução por parte da empresa.

- **Outros Assuntos - Julgamento das Contas no TCM:** A Sra. Adriana Azevedo Pannuzzio solicitou que fique consignado em ata a recomendação aos conselheiros remanescentes para que o status do julgamento das contas antigas da SPTrans perante o Tribunal de Contas do Município (TCM) se mantenha como ponto de destaque e objeto permanente de atenção nas futuras reuniões do Conselho.



Carlos Roberto Ruas Junior
Conselheiro(a) Fiscal

Em 07/07/2026, às 14:12.



Vicente Affonso Oliveira Calvo
Conselheiro(a) Fiscal

Em 07/07/2026, às 17:40.



Adolfo Cascudo Rodrigues
Conselheiro(a) Fiscal

Em 07/07/2026, às 21:05.



Enzo Lúcio Ondeí
Conselheiro(a) Fiscal

Em 08/07/2026, às 11:49.



Adriana Azevedo Pannunzio
Conselheiro(a) Fiscal

Em 15/07/2026, às 13:25.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **160460399** e o código CRC **1D1D07F4**.

Referência: Processo nº 5010.2026/0004545-2

SEI nº 160460399